

PESQUISA NA FORMAÇÃO DOCENTE E AS QUESTÕES ÉTNICO- RACIAIS: UMA ANÁLISE DOS TCCS DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS XII DE GUANAMBI-BA

Stefanny Martins Lopes de Araújo¹

E-mail: stefannyaraujo7@gmail.com

Dinalva de Jesus Santana Macêdo²

RESUMO

Este texto tem como propósito apresentar alguns resultados de um estudo, que buscou analisar em que medida a temática da diversidade étnico-racial é objeto de pesquisa nos Trabalhos de Conclusão do Curso (TCCs) de Pedagogia do Departamento de Educação do *Campus XII* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tendo em vista compreender as implicações desses estudos para a formação docente. Para isso, foram analisados os trabalhos produzidos a partir de 2003, em particular, os que discutem a temática étnico-racial na Educação Básica. Este recorte temporal leva em consideração a Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares do país. Os resultados evidenciam que o processo de pesquisa e de elaboração dos TCCs certamente colaborou com a formação pessoal e profissional dos/as discentes, produzindo uma consciência crítica sobre o racismo presente no contexto escolar, nos materiais didáticos, bem como uma formação docente para lidar com essas questões na escola. Portanto, este estudo buscou produzir conhecimentos acerca da temática em discussão, com o intuito de contribuir com a educação das relações étnico-raciais no âmbito da formação docente, especificamente no curso de Pedagogia.

Palavras-chave: TCC. Educação das relações étnico-raciais. Formação docente.

INTRODUÇÃO

Os cursos de licenciatura em Pedagogia representam espaços importantes de conhecimentos e experiências que ajudam na formação docente para a Educação Básica. As escolas e as universidades, principalmente os cursos de Licenciaturas, são desafiadas a

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Vinculada à linha de pesquisa Currículo, Diversidade e Formação Docente do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire/NEPE CNPq. E-mail: Stefannyaraujo7@gmail.com

² Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Pós-Doutora em Educação, com foco em currículo, decolonialidade e educação antirracista pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Professora Titular da Uneb- Campus XII de Guanambi. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/PPGED. Pesquisadora do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire – NEPE/DEDC XII, Linha de pesquisa, Currículo, Diversidade e Formação Docente. E-mail: dinalvasantanamacedo@gmail.com

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Universidade
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

transgredir e a reorganizar o currículo para construir uma proposta de educação intercultural, partindo de uma prática educativa voltada para a emancipação.

Entendemos que a educação sozinha não conseguirá sanar os problemas referentes ao quadro discriminatório de nosso país, no entanto, ressaltamos que a instituição educacional, seja a escola ou a Universidade, é um local privilegiado de troca de vivências, saberes e experiências, capazes de contribuir para que possamos evoluir nessas questões. De acordo com Franco (2016, p. 536), “[...] uma prática pedagógica, em seu sentido de práxis, configura-se sempre como uma ação consciente e participativa, que emerge da multidimensionalidade que cerca o ato educativo [...]”. Para isso, enquanto educadores/as, para agirmos de maneira crítica no cotidiano escolar, é necessário estarmos comprometidos com a desconstrução de práticas naturalizadas durante o nosso percurso de formação social e científica.

Historicizar o processo de elaboração das políticas de educação para as relações étnico-raciais nos faz refletir sobre as lutas que permearam todo esse caminho de construção de uma legislação que propiciasse mais visibilidade aos conhecimentos produzidos pela população negra, quilombola e indígena, isto é, suas contribuições, resistências e organizações políticas.

Desse modo, as instituições educacionais podem contribuir para uma perspectiva contra-hegemônica, desconstruindo estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade, e estimulando o diálogo sólido entre os diferentes saberes. Essa perspectiva questiona o caráter monocultural e homogeneizador que tem feito parte dos ambientes escolares e silenciado os grupos das sociedades diversas (CANDAU, 2012, 2016).

É primordial compreender os impactos da inserção da educação étnico-racial em cursos de Licenciatura em Pedagogia, propriamente para situar o contexto desta pesquisa que tem como objetivo principal analisar em que medida a temática da diversidade étnico-racial é objeto de pesquisa nos Trabalhos de Conclusão do Curso (TCCs) de Pedagogia do Departamento de Educação do *Campus XII* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), buscando compreender as implicações desses estudos para a formação docente. Para tanto, elencamos como objetivos específicos mapear os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de Pedagogia, produzidos a partir de 2003, sobre a história e cultura da África, dos afrodescendentes e indígenas, que dialogam com a educação básica; investigar os TCCs do curso de Pedagogia que versam sobre a temática étnico-racial no campo escolar, buscando compreender as implicações desses



estudos para a formação docente; discutir sobre a importância das pesquisas sobre a educação das relações étnico-raciais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para pensarmos nos desdobramentos deste estudo, utilizamo-nos de Zabalza (2004), pois o mesmo se refere à Universidade como um espaço de tomada de decisões formativas. Nessa perspectiva, ele analisa esse cenário entrecruzando diversas dimensões marcadas pela interferência de normatizações, reações, conflitos e negociações específicas ao mundo universitário, mas também por fatores externos.

A discussão sobre a raça³ no Brasil e nos mais variados contextos não se faz no isolamento. Antes, ela se articula às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas. Em vista disso, é importante pontuar também que não se pode falar de diversidade étnico-racial negra sem discutir identidade. Sendo assim, o estudo da diversidade se configura por ser aquele que não fica preso a uma só ideia.

Logo, a preocupação em trazer o debate para o âmbito da educação é mais que necessário. Domingues (2007) enfatiza que o Movimento Negro Unificado trouxe para o cenário educacional algumas reivindicações específicas. Esse processo de luta por direitos e pela cidadania resultou na implantação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira nos currículos escolares, estando ligada à própria trajetória de luta do Movimento Negro e às suas reivindicações por acesso à educação e qualidade do ensino. A referida lei foi alterada pela Lei 11.645/08 que, além da história e cultura afro-brasileira, torna obrigatório também o ensino da História e Cultura Indígena nas escolas. Tais leis pretendem tirar os afrodescendentes e os indígenas da invisibilidade a que eram renegados e mostrar sua importância para a formação de nossa sociedade.

A partir da promulgação da Lei nº 10.639/03, multiplicaram-se as ações para legitimar e fortalecer o trabalho com a educação étnico-racial. Ressaltamos, no entanto, que fazer com que a aplicação da Lei, de fato, aconteça, é um dever e uma obrigação de toda a sociedade. Professores e coordenadores pedagógicos podem introduzir, no cotidiano das instituições de

³ Para Almeida (2018), raça como classificação dos seres humanos é uma noção construída pela modernidade quando o homem se torna objeto científico da Biologia e da Física. Embora a inexistência de raças humanas tenha sido comprovada, raça continua sendo uma categoria política utilizada para justificar as desigualdades existentes.



ensino, produtos culturais (livros, filmes, músicas etc.) em que a história e cultura negra sejam enfatizadas.

Outro ponto importante para garantir a aplicabilidade da Lei são as políticas de formação desses profissionais. A formação de professores e de gestores escolares, para fazer a devida apropriação da Lei discutida aqui, deve ser prioridade de qualquer instituição acadêmica preocupada com uma educação de qualidade, bem como consciente do quanto o racismo é problemático para a nossa sociedade.

METODOLOGIA

Para enfrentar esse movimento de busca e inquietações, que envolvem a pesquisa qualitativa em educação, escolhemos os TCCs como fonte principal, especificamente, na tentativa de identificar estudos que focalizassem a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Isto porque, de acordo com Oliveira (2020), a instituição foi protagonista, juntamente com movimento negro, por lutar pela garantia do acesso democrático e inclusivo para as populações negras e outros grupos minoritários ao Ensino Superior⁴, pois, historicamente, esses povos tiveram o acesso negado a esse último nível da educação brasileira.

Assim sendo, recorreremos à análise de conteúdo na modalidade temática, pois se trata de uma técnica flexível e adaptável, que contribui de maneira significativa para entender o sentido da comunicação de discursos diversos, seja qual for a natureza do seu suporte. O esforço do analista consiste em desviar o olhar, buscando outra significação na mensagem, observando minuciosamente o que está por trás dos conteúdos descobertos; é enxergar para além do que está posto (BARDIN, 2011).

⁴ Como resultado dessa luta, a UNEB aprova no Conselho Universitário (Consu), a Resolução 196/2002, que estabelece no vestibular para a entrada nos cursos de graduação e pós-graduação em 2003 40% das vagas para candidatos pardos e negros; Resolução 468/2007- Do total de vagas oferecidas em cada curso de graduação e de pós-graduação, reservar-se-ão vagas nas seguintes proporções: 40% das vagas para candidatos negros e 5% para candidatos indígenas; Resolução no 847/2011- 5% de sobrevivagens para candidatos(as) indígenas. Resolução no 1.339/2018 em vigor- I - 40% para candidatos(as) negros(as); II - 5% de sobrevivaga para candidatos(as) indígenas; III - 5% de sobrevivaga para candidatos(as) quilombolas; IV - 5% de sobrevivaga para candidatos(as) ciganos(as); V - 5% de sobrevivaga para candidatos(as) com deficiência, transtorno do espectro autista ou alta habilidades; e, VI - 5% de sobrevivaga para candidatos(as) transexuais, travestis ou transgêneros (ANJOS; GUEDES, 2021).

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

Portanto, em primeiro momento, movimentamo-nos para a coleta de dados, realizando um levantamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do curso de Pedagogia do Departamento de Educação do *Campus XII* de Guanambi da Universidade do Estado da Bahia. O recorte temporal toma, por base, os trabalhos produzidos a partir de 2003, em particular, os que discutem a temática étnico-racial na Educação Básica. Este recorte leva em consideração a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares do país.

Para tanto, foi necessário realizar um levantamento no Sistema de Biblioteca Prof^a Dilma Gumes Fernandes Santos, da UNEB *Campus XII*, no mês de julho de 2022, utilizando como descritores os termos: negro, ensino superior e educação étnico-racial, num recorte de tempo entre 2003 a 2022. Após a análise dos títulos, procedeu-se a leitura dos resumos, palavras-chave e da metodologia, no intuito de mostrar o foco e a natureza da pesquisa feita pelos/as egressos/as. Localizamos sessenta e sete (67) publicações, todavia, fomos filtrando as informações de acordo com a relevância para o nosso trabalho, resultando, assim, em trinta e cinco (35) produções realizadas no curso de Pedagogia.

Na análise propriamente dita, após a garimpagem e a ligação com o objeto a ser analisado, foram considerados aspectos em universos qualitativos, os momentos históricos em que foram concebidos e a sua relevância dentro do espaço acadêmico. Esse mapeamento das produções foi importante porque nos possibilitou visualizar o que já foi produzido, no que tange à temática em discussão. Das trinta e cinco (35) publicações encontradas, analisamos somente vinte (20), por estarem mais próximas das nossas discussões. O levantamento realizado nos permitiu ainda localizar um total considerável de trabalhos, produzidos entre 2003 e 2022, portanto, após a promulgação da Lei nº 10.639/03, o que mais uma vez comprova o impulso que a mesma deu para a pesquisa sobre essa temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas escolhidas e analisadas identificam dados significativos para a reflexão acerca de como a temática étnico-racial está sendo trabalhada na Educação Básica. Ainda que tenham objetos diferentes, tratam-se de produções que tiveram como intuito compreender os contextos, os desafios enfrentados pela diversidade e as concepções em relação ao trato dessa questão na escola, diante dos enfrentamentos ao longo dos anos.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
Pública

16 a 19 de agosto

Vale dizer que todas essas pesquisas apresentadas a seguir contêm um olhar singular sobre a diversidade na educação brasileira, considerando a inerência da cultura no campo das relações sociais e dos valores a elas atribuídos. Analisou-se inicialmente o estudo intitulado *Diversidade cultural no contexto escolar: questões étnico-raciais*, de autoria de Andréia Pereira da Silva Braga, Jussara Costa Rodrigues de Azevedo e Poliana Rodrigues Alves (2009), que abordam a discriminação e preconceito étnico-racial presentes na sociedade brasileira, analisando como as escolas, em particular os/as professores/as, acabam em grande parte reproduzindo os processos discriminatórios, já que a educação escolar está centrada no etnocentrismo e negligencia a questão da pluralidade cultural.

Sabemos que a escola sempre foi alvo de questionamentos e de conflitos porque expõe à diversidade e o compartilhamento de interesses, contradições, valores, expectativas, direitos, e identidades. Em outras palavras, o ambiente escolar ainda é um espaço privilegiado, os indivíduos da população pobre e negra são excluídos por viver num meio social desfavorecido, no qual o direito à educação, muitas vezes, é negligenciado. Afinal, existe um descaso da escola para com o reconhecimento das muitas identidades e pelas diferentes culturas dos vários segmentos que, historicamente, unificaram a formação do nosso país.

A escola não leva em conta o saber diferenciado que o aluno pode trazer da vivência no seio de sua família, aprendido com seus pais e avós ou no seu meio social de origem. Assim, ela desconhece a origem étnica dos alunos e a formação cultural de sua clientela. Mas ainda, a hegemonia desse modelo exclusivo tem consequências que se estendem por todo o sistema educacional [...]. (MUNANGA, 2005, p. 79).

De acordo com os dados da pesquisa, as autoras sinalizaram que os/as professores/as sentem dificuldades em suas práticas pedagógicas e não reconhecem a cultura como elemento fértil ao ensino dos conhecimentos disciplinares. Desse modo, a formação de professores/as constitui em um dos pontos centrais de uma educação que se pretenda trabalhar na perspectiva do respeito à diversidade cultural na sala de aula. Entende-se que os/as educadores/as podem contribuir, mesmo de uma maneira inconsciente, para a manutenção e para o aumento da discriminação e do preconceito no espaço escolar, assim, estes necessitam ressignificar a sua prática docente a fim de que haja um convívio pleno na sala de aula.

Dentre as pesquisas que versam acerca do livro didático, destaca-se a produção de *A abordagem do negro no livro didático de história no primeiro segmento do ensino fundamental*,

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Universidade
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

escrito por Ana Julita Andrade Sousa Santos, Claudete Queiroz Amaral e Leila Cotia de Assunção (2011), que buscaram analisar como os negros são tratados nos livros didáticos de história das coleções “Asas para Voar” e “Projeto Pitangua” do primeiro ciclo do ensino fundamental, os quais foram adotados nas escolas municipais de Guanambi-BA, especificamente no tocante às imagens veiculadas, ao discurso, à história e cultura dessa população.

A pesquisa demonstrou que os livros didáticos de história analisados tratam os negros quase que exclusivamente como escravos, potencialmente aptos a trabalharem em atividades que demandam pouca intelectualidade. Assim, na visão de história e cultura propagada, tende a prevalecer um conjunto de valores de um único grupo em detrimento de outros. Nesse sentido, esses livros certamente precisam de uma reformulação para se adequar a uma nova proposta de ensino que ajude na promoção de uma educação antirracista.

Quanto às pesquisas que visam à formação continuada, destaca-se a pesquisa feita por Ângela Maria Neves Cotrim, Cristina de Castro Cotrim Silva e Vilma Carvalho da Silva Santos (2012), intitulada *A formação de professores e a educação das relações étnorraciais: desafios e possibilidades a partir da vigência da lei 10.639/03*. O foco do trabalho voltou-se para a discussão sobre os principais desafios encontrados na formação de professores/as, tendo em vista a construção de uma educação antirracista. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que se pautou por analisar livros, artigos de revistas especializadas, impressas e da internet, além de dissertações, dentre outros.

Esse trabalho destaca os avanços que a Educação Brasileira vem conquistando nas décadas mais recentes, notadamente aqueles que visam à inclusão dos grupos marginalizados culturalmente. No entanto, ao analisar a pesquisa, nota-se que, mesmo ela sendo realizada no ano de 2012, após a lei entrar em vigor, tanto a Lei 10.639/03 quanto a Lei 11.645/08, a pesquisa observa que a temática só era abordada nas disciplinas: Artes, Literatura e História.

No entanto, compreende-se que não fazem parte do quadro de docentes apenas os/as professores/as dessas disciplinas, mas, sim, todos/as os/as docentes, como também dentro da escola existem outros tipos de educadores, como, por exemplo: diretor; coordenador, orientador escolar, psicólogo, secretária, enfim, todo o pessoal de apoio. É importante que a escola, em seus projetos de qualificação profissional, também proporcione aos seus/suas funcionários/as cursos de qualificação, no que tange às relações interpessoais quanto às diversidades

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Universidade
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

encontradas no âmbito escolar, afinal, todos são responsáveis por essa luta contra o racismo e a favor de políticas públicas de formação teórica sólida para o contexto escolar.

No que diz respeito às pesquisas referentes às políticas de ação afirmativa para ingresso e permanência de alunos negros no ensino superior, foi selecionada a pesquisa intitulada *Políticas de ação afirmativa: O sistema de cotas para negros nas universidades públicas*, escrita por Daiany Nogueira de Araújo, Rejane Alves Nogueira e Valdely da Silva Pereira (2009), que investigaram o ingresso dos estudantes negros nas universidades públicas brasileiras através das cotas, fazendo uma abordagem das políticas de ação afirmativa para a inclusão social dos negros, diagnosticando a possibilidade de, por meio da adoção do sistema de cotas, se promover também a democratização do ensino superior.

CONCLUSÃO

Os resultados evidenciam algumas semelhanças nos processos formativos dos/as estudantes universitários/as, bem como dos/as docentes orientadores/as. Suas memórias propiciaram reflexões necessárias, no que tange ao papel da universidade, atentando-se para as pesquisas desenvolvidas ainda em período de formação inicial, colaborando na problematização e criticidade em relação à temática étnico-racial.

Nas análises das pesquisas, percebemos que a atuação dos/as licenciandos/as em atividades de ensino, pesquisa e extensão permitiu o desenvolvimento de trabalhos atrelados à educação étnico-racial na Educação Básica, os quais são foco de análise dessa pesquisa. Além disso, o contato com a temática, em algumas disciplinas, programas e projetos, serviu como incentivo para despertar o interesse que, posteriormente, culminou com a elaboração dos TCCs. Ademais, suas produções oportunizaram a apreensão da estreita articulação entre a escolha da temática e a trajetória pessoal e acadêmica desses/as estudantes.

Os TCCs mostraram ainda a UNEB como um espaço formativo em relação à educação para as relações étnico-raciais, sendo considerada, por muitos/as estudantes em suas narrativas, como um espaço importante no processo de reconstrução de sua identidade negra. Esses/as licenciandos/as conseguiram ressignificar situações vivenciadas no âmbito familiar e escolar em impulso para construir espaços educativos mais igualitários e ações que viabilizassem aos alunos/as negros/as uma maior valorização de sua identidade.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Universidade
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANJOS, Ana Paula Souza do Prado; GUEDES, Marilde Queiroz. Política de cotas da UNEB: ação institucional com ressonância nacional. **O Social em Questão** - Ano XXIV – nº 50 - Mai a Ago/2021 (p. 201-220).

ARAÚJO, Daiany Nogueira de; NOGUEIRA, Rejane Alves; PEREIRA, Valdeli da Silva. **Políticas de ação afirmativa: o sistema de cotas para negros nas universidades públicas.** 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado da Bahia, Guanambi-BA, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, Andréia Pereira da Silva; AZEVEDO, Jussara Costa Rodrigues de; ALVES, Poliana Rodrigues. **Diversidade cultural no contexto escolar: questões étnico-raciais.** 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Guanambi-BA, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.639/03**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 11 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645/08**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 11 ago. 2023.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012.



CANDAU, Vera Maria Ferrão. “Ideias-força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v.32. n.01. p. 15-34. Jan.-Mar., 2016.

COTRIM, Ângela Maria Neves; SILVA, Cristina de Castro Cotrim; SANTOS, Vilma Carvalho da Silva. **Formação de professores e educação das relações etnoraciais: desafios e possibilidade a partir da vigência da Lei 10639/2003**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado da Bahia, Guanambi-BA, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (on-line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Danilo. **18 anos de Cotas na UNEB: Histórias de Lutas e Garantia de Direitos**. Universidade do Estado da Bahia. Salvador. 24 nov. 2020.

SANTOS, Ana Julita Andrade Sousa; AMARAL, Claudete Queiroz; ASSUNÇÃO, Leila Cotia de. **A abordagem do negro no livro didático de história no primeiro segmento do ensino fundamental**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Guanambi-BA, 2011.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.